



UMA QUESTÃO DE SOBERANIA: os impactos da produção sucroenergética sobre a produção de alimentos no Estado de Goiás

Ana Michelle Ferreira Tadeu dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Instituto de Estudos Socioambientais (IESA)
Universidade Federal de Goiás (UFG)
anamichele_alfa@hotmail.com

Introdução

O campo vive mudanças na sua estrutura organizacional e esse quadro se acentuou ainda mais quando o modelo de desenvolvimento capitalista começou a adentrar e a interferir na lógica rural. Essa invasão tem ocorrido por meio do agronegócio e tem tentado construir um modelo de campo voltado para os lucros constituindo um espaço diferente das concepções que se tem de vida e produção. Nesse sentido, o campo tem se tornando território de lutas e disputas envolvendo o agronegócio e a produção de alimentos.

O artigo aqui apresentado tem como debate central a tomada do território goiano pela lavoura de cana o que tem gerado uma baixa da produção de alimentos principalmente arroz e feijão. Esses principais alimentos estão perdendo território no campo para dar espaço para a cana.

Assim, o objetivo desse artigo é analisar a expansão do agronegócio sucroalcooleiro no Estado de Goiás, dando ênfase ao impacto que esse modelo gera para a produção de alimentos. Para tanto, utilizamos o levantamento e a análise de bibliografias referentes ao capital e o agronegócio. Ainda, analisamos o Cerrado como celeiro do território do agronegócio e o Estado de Goiás como espaço de expansão desse modelo. Foi feita também coleta de dados na Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (SEPIN-GO) para levantamento dos dados referentes à diminuição da área colhida durante o período 2000 a 2009.

A expansão do cultivo de cana-de-açúcar no Estado de Goiás

Até o início do Programa Nacional de Álcool (PRÓALCOOL) em 1975 somente áreas tradicionalmente utilizadas para o cultivo de cana-de-açúcar recebiam incentivos.



Sobre isso Borges (2011, p.3) afirma que “antes, o solo era restrito, mas agora, com avanços tecnológicos, é possível que indústrias e plantações cheguem a qualquer lugar” e ainda o autor afirma que existe a estimativa de que, se todos os projetos de construção de novas usinas forem aprovados, o Estado de Goiás vai gerar 33% da produção nacional de álcool e cana. Todo esse quadro corrobora com a afirmação de Thomaz Júnior (2010) que afirma que novas áreas de expansão estão sendo demarcadas.

A expansão do agronegócio sucroalcooleiro é incentivado por aspectos naturais e econômicos que favorecem a lavoura de cana-de-açúcar, podemos dar como exemplo os incentivos promovidos pelo Programa Nacional de Álcool (PRÓALCOOL) e por incentivos governamentais.

Essas previsões e constatações não nos permitem uma visão reducionista dos impactos socioambientais, dos quais diante desse cenário tende cada vez mais se acentuar. Ao ponto de Castro (2008) afirmar que,

A produção de cana-de-açúcar como toda monocultura praticada de forma convencional, pode provocar impactos geo e sócio-ambientais nas áreas instaladas, bem como nas adjacentes. Podem ser citados impactos ambientais relacionados como o desmatamento, a contaminação do ar (queimadas), do solo e de mananciais por meio de insumos e defensivos agrícolas, a perda de solos agricultáveis por processos erosivos, além do uso e ocupação desordenada nas cidades próximas pela chegada de grandes contingentes populacionais, mudança na estrutura fundiária devida à necessidade de grandes áreas para o cultivo, além de construção de toda uma infraestrutura agroindustrial (logística) desse setor. (CASTRO, 2008, p. 7).

Além desses impactos ambientais que a produção de cana-de-açúcar pode causar no Cerrado as relações de trabalho também sofre mudanças vertiginosas particularmente nas condições de trabalho e na geração de subempregos.

O que configura o crescimento ou o *boom* da cana-de-açúcar no Estado de Goiás não é o aumento da produtividade, mas sim sua inserção em territórios dantes pertencentes tradicionalmente a pecuárias, a outras lavouras como o sorgo e o milho, arroz e feijão.

A apropriação de um cenário já configurado gera conflitos em várias ordens, na produção de alimentos a ocupação lucrativa e cheia de incentivos financeiros oriundos do governo impõe para a produção alimentícia um cenário de perda cada vez maior de território. Fernandes (2008) alerta que as disputas territoriais não se limitam à



dimensão econômica e que as disputas territoriais capitalistas geram relações conflituosas de ordem capitalista.

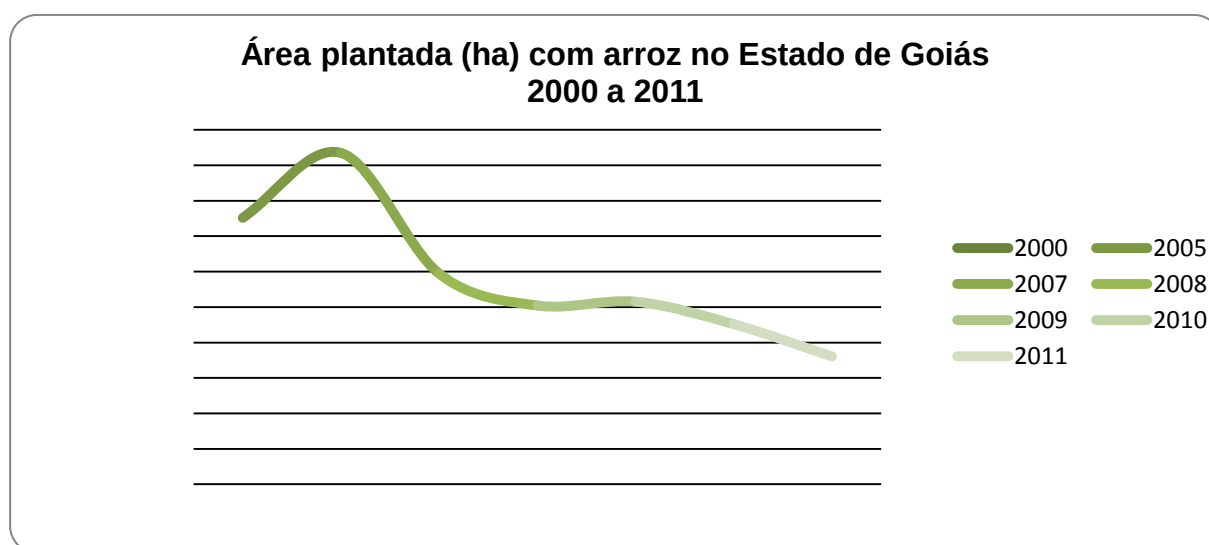
Cabe destacar que o agronegócio vê a produção alimentícia como mera mercadoria e o que predomina nessa lógica é o valor e não a soberania alimentar e isso supõem defasagem na produção alimentícia e afeta diretamente na capacidade e produção alimentar agrícola e na soberania alimentar em sentido regional e nacional. É considerável destacar a questão da soberania alimentar. Não nos aprofundaremos no debate sobre o conceito de soberania alimentar, mas entendemos esse conceito como fenômeno parcial para entendimento e enfrentamento sobre a questão agrária atual.

Essa discussão é o centro do debate que vem sendo aqui apresentado, portanto adentraremos mais nessa discussão na próxima seção.

Breve reflexão sobre a produção de alimentos no Estado de Goiás

Os direcionamentos agroexportadores que o etanol tem adquirido na dinâmica do Brasil sintetiza uma relação de apropriação de territórios com base na afirmação do agronegócio como elemento fundamental para a agricultura, não para a produção alimentícia, mas para a produção visando a exportação. Essa “disputa” entre cana e produtos alimentícios pode ser comprovada quando se observa o gráfico 1.

Gráfico 1. Área colhida (ha) de arroz no Estado de Goiás entre 2000 a 2011.



Fonte – SEPIN-GO (2012)

Org.- SANTOS, A. M. F. T. dos. (2014).



Esse gráfico aponta que no Estado de Goiás a quantidade de arroz produzida por hectare (colhida) no ano de 2000 era cerca de 150.000 e reduziu no ano de 2009 para 100.000 hectares.

A cultura de feijão sofre algumas variações, pois a produção nacional é insuficiente para a população o que gera necessidade de exportação. Isso faz com que haja valorização dessa produção que se comparada com os lucros da cana se mostram atrativos pelo baixo investimento na mão de obra (barata).

Já com base nos números disponíveis no site Goiás (2011) a produção de feijão demonstrou aumento de 23% na área colhida por hectare, passando no ano de 2000 de 200.415 (ha) para 261.929 (ha) no ano de 2009. Isso pode ser explicado por que essa cultura é utilizada para exportação e possui valor atrativo no mercado. Contudo se pensar no aumento de 22% da população no Estado de Goiás, esse aumento chega a ser irrisório.

Souza (2011) atenta sobre a visão reducionista que é pensar no campo como um viés da sociedade apenas do patamar econômico. Pensar em um campo voltado meramente para a economia é simplesmente esquecer os sujeitos que constroem o campo nas variadas dimensões que incluem a econômica e principalmente a social e cultural. Diante disso levantamos algumas considerações acerca de todas as discussões realizadas.

Considerações Finais

O campo do Estado de Goiás tem sido palco da expansão do território do agronegócio da cana-de-açúcar e do álcool. Nesse contexto, cada vez mais o agronegócio tende a desarticular a produção de alimentos, reafirmando o seu território em detrimento da soberania alimentar.

Nesse quadro que se estabelece numa perspectiva quase que mundial, o Estado de Goiás tem sido palco de apropriação de território para o agronegócio de grãos. Isso tem gerado impactos para as relações camponesas e para a produção de alimentos no estado, como o recuo da produção de arroz e o pouco avanço da produção de feijão.

Em meio a essa trincheira é preciso pensar no campo como um território de vida e de perpetuação de um modo de produzir que contribua significativamente para a



sociedade e para a produção de alimentos. Pensando assim, estaremos projetando um campo e uma cidade com ênfase na valorização e não no massacre.

Referências

CASTRO, S. S. de. **A expansão da cana-de-açúcar na Alta Bacia do Rio Araguaia.** Goiânia. 2008. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=74249>>. Acesso em: 12. Jan. 2011.

GOIÁS. SEPIN. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. **Estatísticas Estado de Goiás.** Disponível em: < www.seplan.go.gov.br/sepin >. Acesso em: 20. Ago. 2013.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1986.

MAPA – **Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Disponível em: <<http://www.ffatia.com.br/sala-de-imprensa/noticias/2010/08/02/goias-e-terceiro-lugar-em-numero-de-usinas-e-distilarias.html>>. Acesso em: 25. Set. 2010.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro para o trabalho.** 2009. 615 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente – São Paulo. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em 21. Nov. 2010.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **A relação capital - trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado gestão do trabalho e certificação ambiental.** 2007a. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente – São Paulo. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em 20. Set. 2010.

SOUZA, F. E. de. **O papel da Geografia escolar para o fortalecimento do campesinato no município de Goiás.** 2011. 228f. Relatório de Qualificação (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente – São Paulo. (não publicado).

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo território:** revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.